

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2013
(Do Sr. GLAUBER BRAGA)

Solicita informações sobre o
montante de recursos disponibilizados e
efetivamente executados em ações de
redução de risco de desastre.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência seja encaminhado ao Sr. Ministro das Cidades, o seguinte pedido de informações:

O montante de recursos disponibilizados no Orçamento da União para o Ministério das Cidades, destinados a ações de redução de risco de desastre. A referida relação deve conter pelo menos:

- 1) O valor total consignado no Orçamento nos exercícios de 2011, 2012 e 2013;
- 2) O valor efetivamente executado nos exercícios de 2011 e 2012;
- 3) O valor destinado a transferências da União para Estados e Municípios em todos os exercícios citados;
- 4) O valor executado diretamente pela União em todos os exercícios.

JUSTIFICAÇÃO

A cada ano, a novela se repete. Os efeitos de mudanças climáticas provocam desastres naturais em todo o País, deixando enormes contingentes de desabrigados e, pior ainda, levando muitos cidadãos brasileiros a mortes indignas. Sempre que tais eventos catastróficos ocorrem,

01E2B41133
01E2B41133

depois das coberturas jornalísticas já esperadas, há grande comoção com a dor das populações atingidas, mas o assunto acaba caindo no esquecimento.

Boa parte dos recursos reservados para o atendimento de emergência, bem como para as obras de prevenção acaba nunca chegando a seus destinatários. Ainda não sabemos exatamente o que ocorre nesse caminho. Muitos apontam para obstáculos burocráticos excessivos, colocados pelas áreas técnicas do governo federal responsáveis pela liberação dos recursos. Outros dizem que a culpa é dos próprios Municípios atingidos, que não atendem aos requisitos legais para se qualificarem como beneficiários.

De uma coisa temos certeza: as populações atingidas por estes desastres não precisam descobrir de quem é a culpa pelo fato de o dinheiro não chegar. Precisam, isso sim, que o dinheiro chegue efetiva e rapidamente a seus Municípios. Precisamos, portanto, dos dados solicitados, para iniciarmos um estudo da situação e debatermos urgentemente as melhores saídas para o problema.

Esperamos, portanto, que esses dados se tornem públicos, por meio do seu envio a este Parlamento.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **GLAUBER BRAGA**